

Soja e milho ocupam área degradada do sul do Pará

Terra barata e vasta área de cultivo atraem produtores de outros Estados

DE SÃO PAULO

Depois de ocupar o Centro-Oeste do país, a produção de soja e milho avança no sul do Pará, uma antiga área degradada da Amazônia, ocupada há décadas por pastagem e grilagem de terra.

A nova fronteira agrícola no Norte cresce amparada em terra barata, ampla área de cultivo e facilidade para escoar a produção —além da tecnologia usada pelos produtores, geralmente vindos de regiões consolidadas e de alta produtividade.

Formada por seis cidades (Redenção, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Floresta do Araguaia, Cumaru do Norte e Santa Maria das Barreiras), a região saltou de um plantio de 500 hectares para 110 mil hectares nos últimos 12 anos. Os dados são da Aprosoja-PA (Associação dos Produtores de Soja e Milho).

A região espera colher nesta safra 429 mil toneladas, entre soja e milho —um aumento de 46,15% em relação à safra anterior.

A expectativa de colheita na região é quase a metade da produção prevista neste ano em todo o Estado que: 1,3 milhão de toneladas de grãos, segundo estimativas da Conab (Companhia Nacional do Abastecimento).

Estudo da Faepa (Fundação da Agricultura e Pecuária do Estado) aponta que o Pará tem potencial de tornar agricultável 30 milhões de

hectares de pastagem —área equivalente a 24% do Estado.

“Ocupamos apenas 1% de um total de 10 milhões de hectares de área degradada na nossa região. Tudo ainda está no início”, diz Leandro Tenório, presidente da Aprosoja na região sul do Pará.

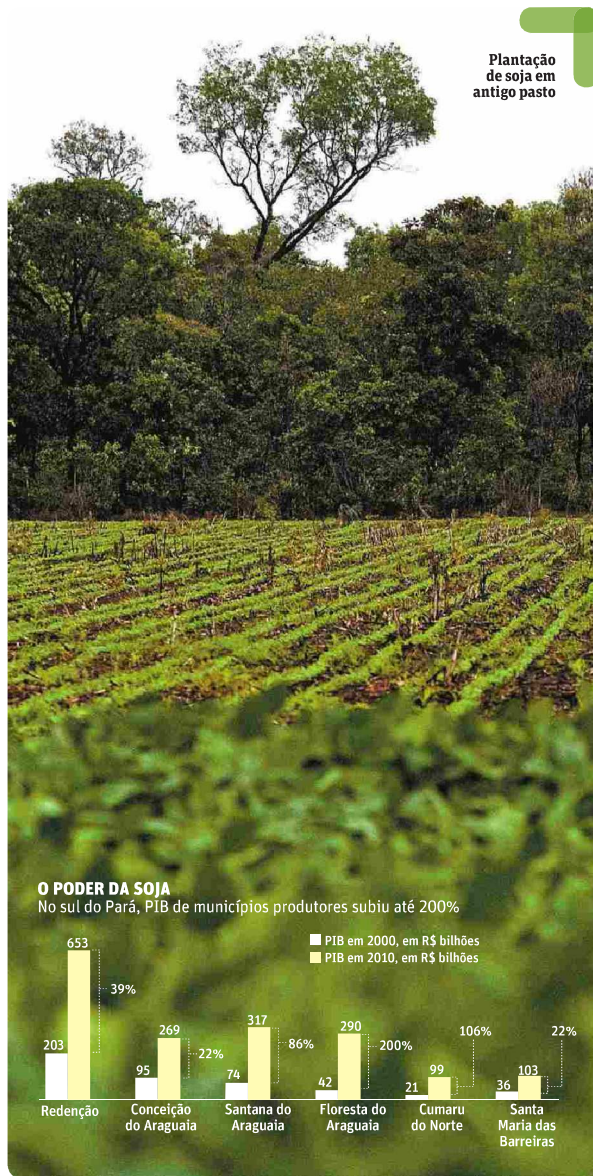
Além de ampla, a terra tem custo muito menor do que o cobrado em outros Estados. Em Mato Grosso, por exemplo, o valor por hectare (R\$ 37.800, em média) chega a valer até seis vezes o do sul do Pará (R\$ 5.850, em média).

O escoamento é facilitado pela linha férrea da Norte-Sul, que fica a 400 km da área de produção mais distante na região. É em Colinas (TO), cidade que mantém um entreposto da ferrovia, que a maior parte da safra do sul paraense é escoada em direção ao porto de Itaquí (MA).

A estrutura de armazenagem de grãos, entretanto, precisa ser fortalecida. A expectativa é saltar de três para oito silos nos próximos anos. (DIEGO MAIA)

1,3 mi

de toneladas de grãos é a safra prevista neste ano, o que deixa o Pará apenas atrás do Tocantins, que tem previsão de colher 3,4 milhões de toneladas



Plantação de soja em antigo pasto

ONG teme novo desmate após fim de moratória

DE SÃO PAULO

O avanço da plantação de commodities no sul do Pará, mesmo em áreas degradadas oriundas de pastagem, preocupa especialistas ouvidos pela **Folha**.

“Esse estoque [de área degradada] não é interminável. Haverá uma hora em que essas áreas vão sumir, e a pressão sobre a floresta vai retornar”, diz o ambientalista Rodrigo Junqueira, do ISA (Instituto Socioambiental).

Segundo ele, a ameaça será maior com o término, neste ano, da vigência da moratória da soja.

O acordo, em vigor desde 2006, reduziu o ritmo do desmatamento na Amazônia ao proibir a comercialização da soja plantada em áreas desmatadas.

Segundo o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, Carlos Xavier, um plano ambiental do governo reservou, desde 2008, 3 milhões de hectares de pastagem para a agricultura. “Sabemos que há ações criminosas de derrubada de floresta, mas estamos conseguindo conter esse ritmo, estimulando a agricultura a avançar só nas áreas já abertas.”

Geraldo Fernandes, pesquisador em Ecologia da UFPA, diz esperar que o CAR (Cadastro Ambiental Rural), obrigatório a partir de 2015, consiga emplacar. “Tomara que sirva para colocar o produtor rural e a indústria na linha.”

“A produção na região pulou etapas. Nos próximos anos, teremos outro Mato Grosso aqui”

CARLOS XAVIER presidente da Fundação da Agricultura e Pecuária do Estado

Hidrelétrica vai livrar RR de dependência venezuelana

O complexo Bem Querer-Paredão produzirá energia suficiente para o Estado; excedente deverá ser vendido para outras regiões

CYNEIDA CORREIA COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM BOA VISTA

O país deu o primeiro passo para livrar Roraima da dependência da energia elétrica venezuelana —considerada cara e instável.

O Estado, que faz fronteira com a Venezuela, deve ganhar o complexo Bem Querer-Paredão, que ainda está em fase de projeto.

A construção da usina prevê um investimento que deve chegar a R\$ 6,5 bilhões. Desse total, R\$ 3,5 bilhões devem ser aplicados na Bem Querer e o restante na linha de transmissão Manaus-Boa Vista.

A capacidade de geração da usina será de 1.050 MWh (megawatts-hora), considerada mais que suficiente para suprir a demanda do Estado.

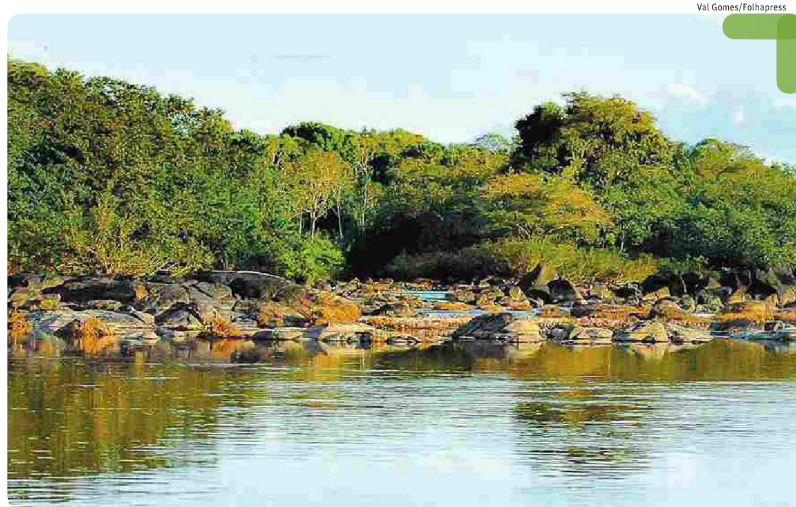
O excedente produzido poderá ser consumido por outras regiões do país.

Quando estiver concluída, a hidrelétrica vai abastecer mais de 400 mil habitantes de Roraima.

O complexo será operado por empresa ou consórcio que vencer leilão previsto para acontecer em 2017.

A expectativa é que em cinco anos os estudos e licenciamentos necessários estejam concluídos. Por enquanto, alguns órgãos analisam pedidos de licenciamento.

É o caso da Fundação Estadual do Meio Ambiente, de Roraima, e do Ministério das



Corredeiras do rio Branco, na cidade de Caracará (RR), onde está prevista a construção da usina hidrelétrica Bem Querer

Minas e Energia, que deve elaborar parecer até outubro.

CRÍTICAS

O projeto tem oposição de ambientalistas —que dizem que o impacto da hidrelétrica é alto para a produção de pouca energia.

A área alagada (559 km²) será maior que a de Belo Mon-

te, mas sua potência energética apenas um décimo da hidrelétrica paraense.

O Ministério Público Federal instaurou inquérito para acompanhar o licenciamento da obra. A preocupação são impactos negativos em unidades de conservação, terras indígenas e sítios arqueológicos do local.



Apagões em Boa Vista chegam a durar 12 horas

DE SÃO PAULO

A caixa de farmácia Mirian Martins, 24, passa, pelo menos três vezes ao mês, por uma situação desconfortável: está atendendo um cliente quando todas as luzes se apagam.

A cena é comum em Boa Vista, onde ela mora, porque Roraima tem sistema elétrico diferente do resto do país e adquire sua energia da Venezuela.

“A gente fica vulnerável, porque, de noite, é perigoso ter assalto. A primeira coisa que você faz é fechar a farmácia”, diz. “E ficamos esperando a boa vontade de voltar a energia.”

“Apagões sempre aconteceram por aqui, mas do ano passado para cá têm ficado mais demorados”, afirma a gerente Samiele Rarig, 20.

Segundo ela, quedas de energia chegam hoje a durar 12 horas e não têm horário para acontecer. Os blecautes, geralmente, alternam bairros afetados.

Mesmo quando há luz, moradores têm de encarar oscilações constantes.